

ARTIGO 17.º

[...]

1. O Grupo Executivo Municipal é coordenado pelo Administrador Municipal e integra os seguintes elementos:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

2. [revogado].

ARTIGO 18.º

[...]

1. O Grupo Técnico Provincial deve:

a) Prestar toda informação mensal das actividades que desenvolve ao Coordenador do Grupo Multisectorial;

b) Proceder à articulação executiva e operativa dos trabalhos com o Coordenador do Grupo Técnico Executivo.

2. [...].

3. [revogado].

ARTIGO 2.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 3.º

(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Agosto de 2012.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Rectificação n.º 8/12

de 24 de Agosto

Por se ter registado inexactidão na publicação do Despacho Presidencial n.º 97/12, de 9 de Agosto, publicado no *Diário da República* n.º 153, I Série, procede-se a seguinte rectificação:

No ponto 1.º onde se lê, «Águas Territoriais», deve ler-se: «Águas Internacionais».

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Agosto de 2012.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS**Rectificação n.º 9/12**

de 24 de Agosto

Por se ter registado inexactidões na redacção do Decreto Presidencial n.º 35/12, de 21 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 118, 1.ª série, que aprova o Regulamento para a Prevenção e Controlo da Poluição das Águas Nacionais, procede-se à seguinte rectificação:

No n.º 1 do artigo 15.º, onde se lê:

«Sempre que for constatado um dano ao ambiente cuja causa a violação de uma norma legal ou exigência constante de licença ambiental, o agente poluidor ficará sujeito ao pagamento de uma multa cujo valor varia do equivalente em Kzs a USD 1.000,00 a 100.000,00 (mil dólares americanos a cem milhões de dólares americanos)».

Deve ler-se:

«Sempre que for constatado um dano ao ambiente cuja causa seja a violação de uma norma legal ou exigência constante de licença ambiental, o agente poluidor ficará ainda sujeito a uma multa cujo valor varia do equivalente em Kwanzas de USD 1.000,00 a 100.000.000,00 (mil dólares dos Estados Unidos da América a cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América)».

Secretariado do Conselho de Ministro, em Luanda, aos 3 de Agosto de 2012.

O Secretário, *Frederico Manuel dos Santos da Silva Cardoso*.